

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

INTERESSES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS EM
DISPUTAS E A CONQUISTA E COLONIZAÇÃO PORTUGUESAS
DO RN (1597-1633)



FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA

NATAL/1999

FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA



INTERESSES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS EM
DISPUTAS E A CONQUISTA E COLONIZAÇÃO PORTUGUESAS
DO RN (1597-1633)

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora
Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
sob a orientação da professora Fátima Martins
Lopes, do Departamento de História da UFRN,
para efeito de aprovação à Disciplina.

NATAL/1999.

MEUS AGRADECIMENTOS

A todos os professores que assumem as disciplinas do Curso de História da UFRN, pela dedicação que têm em prol do sucesso do aluno.

À professora Dr.^a Denise Mattos Monteiro que, com competência técnica e compromisso profissional, ministrou a disciplina Pesquisa Histórica II e à professora Mestra Fátima Martins Lopes, que me orientou, com cuidados desmedidos e valiosos, especiais agradecimentos.

Aos familiares íntimos, esposa e filhos, que nas vezes que não pude dedicar-me a eles, claro que me privando também das vontades alheias a este trabalho, toleraram-me e até incentivaram-me pelo ânimo que procuraram me dar.

Aos colegas de Curso, com quem executamos atividades acadêmicas e se empenharam com dedicação e bom relacionamento.

A Deus, que me permitiu o alcance dos objetivos, o agradecimento maior.

I

Rio Grande do Norte esplendente,
Indomado guerreiro e gentil,
Nem tua alma domina o insolente,
Nem o alarde o teu peito viril!
Na vanguarda, na fúria da guerra
Já domaste o astuto holandês!
E nos pampas distantes quem erra,
Ninguém ousa afrontar-te outra vez!
Da tua alma nasceu Miguelinho,
Nós, como ele, nascemos também,
Do civismo no rude caminho,
Sua glória nos leva e sustém!

ESTRIBILHO

A tua alma transborda de glória!
No teu peito transborda o valor!
Nos arcanos revoltos da história
Potiguares é o povo senhor!

II

Foi de ti que o caminho encantado
Da Amazônia Caldeira encontrou,
Foi contigo o mistério escalado,
Foi por ti que o Brasil acordou!
Da conquista formaste a vanguarda,
Tua glória flutua em Belém!
Teu esforço o mistério inda guarda
Mas não pode negá-lo a ninguém!
É por ti que teus filhos descantam,
Nem te esquecem, distante, jamais!
Nem os bravos seus feitos suplantam
Nem teus filhos respeitam rivais!

III

Terra filha de sol deslumbrante,
És o peito da Pátria e de um mundo
A teus pés derramar trepidante,
.....

Letra: José Augusto Meira Dantas
Música: José Domingos Brandão

SUMÁRIO

Páginas
PAG.

INTRODUÇÃO	05
1_ DISPUTA TERRITORIAL E INTERESSES ECONÔMICOS – SÉCULOS XV E XVI	07
2_ O ABANDONO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE: CONTINUIDADE DA PRESENÇA FRANCESA E A AÇÃO DE CONQUISTA PORTUGUESA – FINS DO SÉCULO XVI	15
3_ AÇÃO COLONIZADORA PORTUGUESA NA CAPITANIA E RESULTADOS OBTIDOS (1597 – 1633)	24
CONCLUSÃO	29
BIBLIOGRAFIA	31

INTRODUÇÃO

A disputa entre Portugal e Espanha, durante o século XV, pelo domínio de áreas oceânicas que possibilitavam a descoberta de um caminho marítimo para chegar às Índias, teve como um dos seus resultados a descoberta do Brasil, no ano de 1500, pelos portugueses. Ocorreram as ações para tomada de posse da terra e, a partir daí, verificam-se as dificuldades entre os portugueses e os primitivos habitantes da terra, os índios, e logo depois com franceses, que se aliavam aos índios para ter facilidades em retirar da terra suas riquezas naturais e, isto, Portugal considerava invasão de seus domínios, ao mesmo tempo que se sentia prejudicado nos seus interesses econômicos.

A literatura que trata da descoberta do Brasil e do esforço português para tomada de posse, ocupação e colonização da terra, tanto de autoria de historiadores e cronistas da História do Brasil, quanto de autores norte-rio-grandenses que escrevem sobre a colonização do Rio Grande do Norte, não deixa dúvida de que a Capitania do Rio Grande careceu da presença efetiva dos portugueses em suas terras e, por isso, ficou abandonada durante quase todo o século XVI, o que oportunizou a outros povos, franceses principalmente, fazerem saques do pau-brasil e ameaçar a posse portuguesa da terra.

Isto faz Portugal despertar para a ocupação e colonização da Capitania do Rio Grande, em fins do século XVI, e é sobre esta ocupação e colonização que pretendemos abordar, ^{mas} evidentemente o período compreendido entre o seu início em 1597 e 1633, a fim de verificarmos ^{se} os interesses que motivaram essa ocupação e colonização foram satisfeitos ou não. O período delimitado justifica-se, pois consideramos como sendo um primeiro momento da colonização portuguesa, já que no ano de 1633 há uma interrupção nessa colonização, pelo domínio holandês que se instalou na capitania naquele ano.

Com isso, objetivamos analisar os interesses e motivações que forçaram a tomada de decisão de ocupar e colonizar o Rio Grande do Norte, bem como pretendemos verificar se esses interesses, que eram econômicos, políticos e estratégicos, foram satisfeitos neste primeiro período da colonização portuguesa. Esperamos também contribuir para um repensar nos estudos sobre a colonização do Rio Grande do Norte, para ampliar cada vez mais a compreensão dessa colonização.

Optamos por desenvolver nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, procuramos contextualizar as disputas entre Portugal e Espanha, no decorrer do século XV, que culminaram em domínios de regiões marítimas e descoberta e posse de terras pelas duas nações, ^b bem como apontamos a rivalidade entre Portugal e França no decorrer do século XVI, em âmbito europeu, mas que geraram confrontos no Brasil, abrangendo a Capitania do Rio Grande. No segundo capítulo procuramos explicitar as implicações do abandono da Capitania do Rio Grande, ~~e~~ que motivaram a tomada de decisão para a sua colonização, assim como mostrar a forma de ocorrência da ação de conquista. E, no último capítulo, expomos algumas medidas que foram tomadas, com o fim de explorar economicamente as terras da capitania, explicitando alguns dos resultados obtidos no período mencionado e procuramos focar também os resultados relacionados a interesses políticos e estratégicos que estavam em disputa e precisavam ser preservados pelos portugueses.

O século XV é marcado, no tocante à disputa de poder entre potências, pela competição entre Portugal e Espanha em busca de domínio das vias marítimas que levavam às Índias. Há, neste século, um comércio lucrativo entre estados da Europa e regiões da Ásia, como China e Japão, mas principalmente a Índia. Entre os europeus que se envolviam naquele comércio, incluíam-se ingleses, franceses e italianos, sobretudo das cidades de Gênova e Veneza, que predominaram sobre os demais comerciantes durante muito tempo. Mas, a partir de 1453, portugueses e espanhóis passam a se preocupar com as necessidades de estabelecer aquele comércio com a Ásia e, por conseguinte, procuram criar condições de realizá-lo, o que depois de conseguido, faz aquelas duas nações se destacarem nesta atividade comercial.

Os produtos adquiridos eram as especiarias da Índia: “pimenta, canela e o cravo”,¹ noz-moscada, gengibre e, da China, porcelana. Também na costa ocidental da África ~~se~~ encontrava-se ouro, escravos, marfim, malagueta.² A rota usada para buscar os produtos na Ásia e África era a via marítima pelo Mar Mediterrâneo, passando pela cidade de Constantinopla no oriente e, daí, chegavam aos lugares dos produtos. Em 1453, os turcos otomanos dominaram a região de Constantinopla e proibiram a passagem dos comerciantes europeus por aquele porto mediterrâneo.

A partir da proibição do uso do Mediterrâneo para a prática da navegação que proporcionava aquele comércio lucrativo, surge o empenho de portugueses e espanhóis na procura de outro caminho que levasse às Índias, também por mar, e começam a disputar o domínio das regiões marítimas, notadamente no oceano Atlântico, pelo qual calculavam ser possível encontrar a rota para chegar à Índia e continuarem a usufruir os lucros daquelas transações comerciais; bem como, visavam garantir a posse de possíveis terras que encontrassem no decorrer das explorações marítimas. Portugal pretendia atingir a Índia, rumando pelo oceano Atlântico Sul. A Espanha queria chegar ao mesmo destino viajando pelo Ocidente.

*“Em 1454, o Papa Nicolau V reconhece os direitos portugueses às terras descobertas ao tempo de D. Henrique. Com a chegada de Colombo à América (12.10.1492), a Espanha reivindica do Papa Alexandre VI as mesmas garantias”.*³

¹ COUTO, Jorge. A ~~C~~onstrução do Brasil, p. 131.

² Ibid., p. 125.

³ MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos ~~G~~opolíticos e ~~A~~ntropológicos da História do Rio Grande do Norte, p. 19.

Ante todo

(Houve) o Tratado de Alcaçovas entre Portugal e Espanha em 1479, e ratificado em 6 de março de 1480, através do qual ficou para a Espanha as ilhas Canárias e o litoral africano fronteiro àquelas ilhas. Para Portugal ficou o Marrocos, as ilhas da Madeira, dos Açores, do Cabo Verde e São Tomé, bem como todas as ilhas e terras descobertas ou por descobrir, com o comércio e pescarias, a partir de um paralelo traçado a sul das Canárias. Incluía também as terras, tratos e resgates da Guiné com as suas minas de ouro.⁴

Isso garantia a que Portugal tivesse uma abrangência considerável em áreas de influências nas regiões do Atlântico Sul, por onde queria expandir suas pretensões territoriais e comerciais. À Espanha era reservado a livre procura de acesso às Índias, explorando vias oceânicas pelo ocidente e chegar ao tão desejado comércio.

Em 1488, Bartolomeu Dias descobriu a comunicação entre o mar Oceano (Atlântico) e o Oceano Índico, o que veio confirmar o projeto de D. João II, rei de Portugal, de alcançar a Índia pelo Atlântico Sul.⁵

Depois da descoberta de Bartolomeu Dias, D. João II procurou agir no âmbito diplomático, para ampliar o reconhecimento internacional do domínio de Portugal no Atlântico Sul, e negociou em 1489, com a Inglaterra, que dominava o Atlântico Norte, a confirmação e renovação do Tratado de Windsor, de 1386.⁶

Também receoso de que os reis de Espanha, depois do feito de Bartolomeu Dias, viessem a se interessar pelas regiões do Atlântico Sul, D. João II preocupou-se em reafirmar a validade do Tratado de Alcaçovas. Para tanto, propôs, em março de 1490, o casamento do seu herdeiro, o príncipe D. Afonso, com D. Isabel, primeira filha de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, reis católicos de Espanha, o que se realizou no final do mesmo ano.⁷

Em 02 de janeiro de 1492, os reis de Espanha receberam as chaves da cidade de Granada, concluindo a conquista do último reduto mulçumano na Hispânia. A partir disto, ficaram em condição de acionar o plano de alcançar as Índias pela rota do Atlântico Ocidental, como insistia Cristóvão Colombo.⁸

Naquele momento, os reis de Espanha, Isabel e Fernando, convenceram-se de que o plano de Colombo, se realizado com sucesso, garantiria-lhes relações privilegiadas com a China, o Japão e a Índia, e traria inegáveis vantagens políticas no âmbito europeu, pois permitiria o acesso ao rico mercado dos produtos orientais, entre os quais as especiarias da Índia que davam alta rentabilidade. Os lucros do comércio com a Ásia viriam a minorar os resultados fiscais negativos e melhorar a situação econômica e as finanças régias, abaladas pelos altos custos das campanhas

⁴ COUTO, Jorge. A *Construção do Brasil*, p. 121-122.

⁵ *Ibid.*, p. 122.

⁶ *Ibid.*, p. 123.

⁷ *Ibid.*, p. 123.

⁸ *Ibid.*, p. 124.

militares, sobretudo granadina. Compensava a exclusão do rendoso trato da costa ocidental da África que tinha ouro, escravos, marfim, malagueta, mas era exclusivo de Portugal. E por fim, permitia à Espanha chegar às Índias primeiro que Portugal e romper o cerco legal marítimo português.⁹

Ocorreu a primeira viagem de Colombo em 1492, e como resultado foram descobertas algumas ilhas no dia 12 de outubro, onde hoje é a América Central e isto causou desconforto entre Portugal e Espanha, quanto ao equilíbrio alcançado na partilha de áreas de influência. Em 9 de março de 1493, D. João II comunicou a Cristóvão Colombo que as terras por ele encontradas ficavam, segundo o Tratado de Alcaçovas, nos domínios portugueses.¹⁰

Com a notícia da descoberta, os reis católicos, Fernando e Isabel, de Espanha, apressaram-se em pedir a aprovação do Papa e, pela Bula Inter Coetera, redigida em abril e datada de 3 de maio de 1493, o pontífice Alexandre VI “concedeu-lhes a posse das novas ilhas e terras descobertas ou por descobrir nas bandas ocidentais, (...), desde que não pertencessem ao domínio temporal de nenhum soberano cristão”.¹¹

A Bula Dundum siquidem, de 25 de setembro de 1493, autorizava a Espanha a enviar expedições às regiões ocidentais e às meridionais e se apossar das terras que descobrissem e que fizessem parte da Índia. Essa concessão pontifícia acabava o princípio da demarcação fixa e adotava a prioridade na ocupação para o direito à posse. Revogava o meridiano de 100 léguas estabelecido pela Bula Inter Coetera, de maio de 1493, e anulava os privilégios anteriormente concedidos a Portugal por vários papas. Em suma, esta última bula de Alexandre VI dava direito de posse de terras à Espanha em qualquer parte, mesmo que anteriormente fosse domínio português.¹²

Em suma, pela Bula Inter Coetera de 1493, a divisão das terras portuguesas e espanholas era feita por uma linha demarcatória a 100 léguas das Ilhas de Cabo Verde, o que garantia a África para Portugal e a América para a Espanha. Mas pela Bula Dundum siquidem, do mesmo ano, como vimos, a garantia de posses de terras nas duas regiões mencionadas era dada só à Espanha.

D. João II manobrou diplomaticamente e a imposição das concessões dadas à Espanha, pelo Papa em 1493, foi mudada, o que garantiu a Portugal ter parte também nas Américas, ainda que em fatia menor, ao sul, se bem que, oficialmente, não fosse declarado o conhecimento da existência de terras onde depois se chamaria Brasil.¹³

⁹ COUTO, Jorge. A ^e Construção do Brasil, p. 124-125.

¹⁰ Ibid., p. 125.

¹¹ Ibid., p. 125.

¹² Ibid., p. 128.

¹³ MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos ^g Geopolíticos e ^a Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. p. 19

Frente às vantagens diplomáticas que a Espanha vinha conseguindo junto ao Papa, D. João II não ficou inativo. Contrariando o Tratado de Alcaçovas, mandou edificar fortalezas em zonas de influência reconhecidamente da Espanha, segundo aquele Tratado, o que provocou protestos da Espanha.¹⁴

As divergências persistiram e envolveram intensas atividades diplomáticas, mas reforçadas com a organização de expedições armadas por parte das duas nações, com o fim reservado ou declarado, de reconhecer cada vez mais as terras que se iam descobrindo e, no caso da Espanha, esta queria garantir também a posse.

D. João II procurava dar a entender aos reis de Espanha que, se estes não atendessem à pretensão de Portugal no Atlântico, apoiaria a presença dos súditos franceses naquela região, o que representava uma ameaça séria para os interesses espanhóis no Mediterrâneo. Por outro lado, Portugal ganhou um colaborador colocado na corte de Paris, que dava informações secretas das pretensões estratégicas do monarca francês, ao mesmo tempo que garantiu reforço militar em caso de conflito.¹⁵

O que estava em disputa era o domínio de áreas terrestres que se iam sendo descobertas, e que apontavam para possibilidade de explorações lucrativas, bem como de regiões marítimas que possibilitavam o tráfego comercial com a Ásia. Isto impunha a portugueses e espanhóis uma ambiciosa estratégia, na ânsia de chegar primeiro, pois quem conseguisse estaria em condição confortável para influenciar na geopolítica europeia e nas regiões que fossem sendo contactadas, pelas enormes vantagens econômicas advindas dessa chegada.

Os reis de Espanha, Fernando e Isabel, em abril de 1494, receberam informações, da segunda viagem de Colombo, que garantiam que as terras encontradas tanto na primeira viagem como na segunda pertenciam ao princípio do Oriente. De posse dessa informação, a Espanha reatou conversações com Portugal, pois se consideravam bem informados, os reis católicos, sobre a natureza asiática e as características econômicas das ilhas ocidentais e, sobretudo, depois de, analisados os dados sobre a localização das novas terras, terem chegado à conclusão, baseados nas concepções de Colombo, de que não existia terras na região compreendida entre as 100 e as 370 léguas pretendidas por Portugal.¹⁶

Portugal “concordou com a substituição do paralelo das Canárias (...), mas exigiu o seu afastamento para 370 léguas”,¹⁷ que julgava indispensável para o tráfego de seus navios vindos da costa da África, de Cabo Verde, Madeira e dos Açores.

¹⁴ COUTO, Jorge. A ^e construção do Brasil, p. 129.

¹⁵ Ibid., p. 129.

¹⁶ Ibid., p. 131-132.

¹⁷ Ibid., p. 132.

A fase final das conversações se deu rápido e um dos pontos do compromisso firmado foi: o princípio da demarcação fixa, por um meridiano situado a 370 léguas a ocidente do arquipélago de Cabo Verde, com linha divisória dos hemisférios ibéricos no Atlântico. As ilhas e terra firme descobertas ou por descobrir que ficassem na parte oriental eram de Portugal e as que ficassem a ocidente eram da Espanha.¹⁸

Ainda ocorreu dificuldade, esta envolvendo a ordem de herança de tronos. D. João II pretendia que seu filho bastardo, D. Jorge, sucedesse-lhe, mas por não aprovação de sua esposa, desistiu e arranjou o casamento de sua filha mais velha, D. Isabel, com D. Manuel, primo de Isabel de Castela, rainha católica de Espanha e, então, os reis católicos assinaram, em 5 de junho de 1494, procuração para que seus representantes fizessem o Tratado com Portugal, assinado em Tordesilhas, em 7 de junho do mesmo ano e ratificado por Isabel e Fernando em 2 de julho, em Arévalo e por D. João II, em Setúbal, em 5 de setembro de 1494.¹⁹

Para este Tratado, nem D. João II nem os reis de Espanha recorreram ao Papa. Só em 1506, a pedido de D. Manuel, o convênio foi reconhecido em Roma, em 24 de janeiro, pelo arcebispo de Braga e o bispo de Visen, em nome do Papa.²⁰ (Júlio II).

O Tratado de Tordesilhas resultou de muitas negociações diplomáticas entre Portugal e Espanha, visando cada um por seu lado, dominar áreas de influência, territorial e marítima, para preservar seus interesses econômicos e permitiu a que Portugal perseguisse as suas pretensões com objetividade.

Assim, em 8 de julho de 1497, saiu do Tejo (Lisboa, Portugal) a expedição comandada por Vasco da Gama, com a finalidade de descobrir o caminho marítimo para a Índia, o que se concretizou em 1498 e comprovado em 10 de julho de 1499.²¹ Este feito deu lugar a que D. Manuel I, rei de Portugal, promovesse ampla divulgação, inclusive, comunicou aos reis de Espanha, "o feliz sucesso da empresa."²²

Logo depois começam os preparativos para o envio da segunda armada à Índia e Portugal procurou alicerçar-se por via diplomática junto a Roma, no sentido de alcançar concessões apostólicas que possibilitassem desenvolver ações de evangelização, fundar conventos e organizar eclesiasticamente a Índia. Procurou adquirir em Espanha, 1500 marcos de prata para compra de produtos orientais.²³

¹⁸ COUTO, Jorge. A Construção do Brasil, p. 133.

¹⁹ Ibid., p. 135.

²⁰ Ibid., p. 136.

²¹ Ibid., p. 147 e 160.

²² Ibid., p. 161.

²³ Ibid., p. 163.

À armada foi confiado o comando de Pedro Alvares Cabral, ^{que} e saiu de Lisboa em 9 de março de 1500, com destino à Índia.²⁴ Depois de cerca de 44 dias, 22 de abril de 1500, foi visto terra, a qual era um monte, que recebeu o nome de Monte Pascoal (Porto Seguro, na Bahia). Em 2 de maio de 1500, Cabral rumou para a Índia, mas mandou Gaspar de Lemos voltar a Portugal levando notícias da terra encontrada a D. Manuel I, impressas na carta de Pero Vaz de Caminha.

Ora, a descoberta do caminho marítimo que proporcionava grandes vantagens comerciais com a Ásia e, mais, a descoberta de terras em área portuguesa do Atlântico Sul, que apontava para a possibilidade de aquisição de mais riqueza em terra e em produtos dela, deixou Portugal em vantagem na concorrência com a Espanha, frente aos lucros comerciais com as regiões asiáticas. Essa supremacia portuguesa provoca também desconforto entre Portugal e França, que tinha também interesses comerciais na rota do Atlântico, e começam a se verificar desentendimentos envolvendo franceses e portugueses.

Inicia-se o reconhecimento da “nova terra”. Em 1501, no mês de agosto, a expedição comandada por Gonçalo Coelho chegou às costas marítimas do Brasil à altura do Rio Grande do Norte e, daí, iniciou o reconhecimento do litoral até Cananéia, numa extensão superior a 370 léguas. Foram encontrados e dados nomes a muitos acidentes geográficos: Cabo de São Roque no Rio Grande do Norte em 16 de agosto; Cabo de Santo Agostinho; rio São Francisco; Bahia de Todos os Santos; São Tomé; Cabo Frio; Angra dos Reis; São Vicente e Cananéia.²⁵

Em 10 de agosto de 1503, Gonçalo Coelho saiu de Lisboa comandando a segunda expedição que veio ao Brasil, esta, com a finalidade de fundar uma feitoria, lugar destinado a armazenar pau-brasil para ser embarcado à medida que chegassem navios de Portugal para isso. A expedição fundou a feitoria-fortaleza em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, deixando o feitor João de Braga com uma guarnição de 24 homens e demais petrechos e provisões necessárias à defesa, e regressou a Portugal em junho de 1504.²⁶

Muitas outras expedições vieram ao Brasil, sempre com o fim de preservar a posse da terra e explorar as riquezas naturais que fossem sendo encontradas, o que foi o caso primeiro do pau-brasil. Mas, concomitantemente às ações de exploração e tomada de posse das terras do Brasil pelos portugueses, ocorreu uma “crescente presença de franceses no Novo Mundo português”.²⁷ Em vista disto, D. Manuel I procurou criar bases terrestres para ampliar a presença portuguesa na orla marítima brasileira, bases estas que seriam criadas pela adoção do sistema de “capitanias de mar e terra”. As bases eram dotadas de armadas de guarda-costa para policiar o litoral e impedir a

²⁴ COUTO, Jorge. A ^construção do Brasil, p. 164.

²⁵ Ibid., p. 190.

²⁶ Ibid., p. 194-195.

²⁷ Ibid., p. 200.



presença de navios não autorizados, principalmente franceses, no litoral, com o fim de estabelecer postos e efetuar trocas com os índios.²⁸

Na disputa entre portugueses e franceses pelo domínio do Atlântico e do Brasil, visando a obtenção de lucros com as transações comerciais com o Oriente, Portugal não adotou políticas radicais de rompimento de relações com a França no âmbito europeu. A França era relativamente poderosa no plano das forças terrestres e, indiretamente, contrabalanceava as excessivas pressões espanholas sobre o império português na região. A França pretendia exportar suas mercadorias para o espaço imperial português e abastecer-se das mercadorias orientais em Lisboa. Portugal pretendia que os franceses não atacassem os seus navios no Atlântico, isto nas costas francesas.²⁹

Mas não ocorria o mesmo no tocante ao contrabando das riquezas do Brasil (o pau-brasil) pelos franceses. Os choques envolvendo os navios das duas nações, que se cruzavam nas costas brasileiras eram freqüentes. No século XVI, o rei Francisco I, que governou a França de 1515 a 1547, contestou os acordos feitos por Portugal e Espanha, tendo culminado um deles, com o Tratado de Tordesilhas: “o sol brilha para todos e desconheço a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre portugueses e espanhóis”.³⁰

Entre as ações expedicionárias portuguesas no Brasil estão as de 1516 e 1526, ambas comandadas por Cristóvão Jacques. A de 1526 foi enviada ao Brasil por ordem de D. João III, rei de Portugal, que ao tomar conhecimento, em 11 de fevereiro de 1526, através do seu embaixador em França, João da Silveira, de que dez navios franceses estavam sendo armados para se deslocarem ao Brasil e apoderarem-se das embarcações portuguesas que encontrassem na região, resolveu adotar aquela medida.³¹ Nesta expedição Cristóvão Jacques chegou à costa nordestina brasileira, na região da ilha de Itamaracá e, aí, encontrou navios piratas, o que ocasionou o confronto armado para a dispersão das embarcações contrabandistas. Naquele lugar Jacques deu início a uma casa de feitoria, no sítio que se chamou dos “Marcos”, porque neste lugar foram colocados depois, marcos de demarcação.³²

Ainda veio para o Brasil, com a finalidade de colonizá-lo, em 1530, a expedição comandada por Martim Afonso de Souza, que fundou a Vila de São Vicente e Piratininga, em São Paulo, primeiros núcleos coloniais.

²⁸ COUTO, Jorge. A construção do Brasil., p. 201.

²⁹ Ibid., p. 204.

³⁰ MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. p. 22

³¹ Idem. Proto-história do Rio Grande do Norte. p. 190.

³² Ibid., p. 190.

*“A primeira expedição realmente colonizadora que veio ao Brasil, dirigindo-se para o sul, foi, em 1530, a de Martim Afonso de Souza, o fundador dos núcleos coloniais de São Vicente e Piratininga. Pouco depois D. João III dividiu o nosso território em capitâneas hereditárias”...*³³

Mas o vasto território do Brasil dificultava a defesa efetiva em todo ele, o que oportunizava a que as ações de contrabando de pau-brasil continuassem, principalmente por franceses que, pela continuada presença em terras do Brasil, colocava o risco de Portugal perder a posse da terra, pela alegação do uso *possidetis*, pelos franceses. Assim, por Carta Régia de 28 de setembro de 1532, D. João III dividiu o Brasil em quinze capitâneas hereditárias, que foram doadas a doze donatários, pessoas de confiança daquele soberano.³⁴

*“... D. João III, (...), dividiu o território segundo o tradicional processo das Capitâneas. João de Barros recebe do monarca em 1535, juntamente com dois associados, Aires da Cunha, fidalgo com experiência do mar, e Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do reino, a capitania relativa ao extenso território de costa que ia do Rio Grande ao Maranhão”.*³⁵

Tem início o sistema de capitâneas hereditárias através da donataria, mas em 1548 é criado por Portugal o governo geral no Brasil, que aqui se instalou em 1549, com sede em Salvador, Bahia. Contudo, a presença francesa continuou sendo sentida em alguns pontos do território da colônia Brasil, como foi o caso da Capitania do Rio Grande (do Norte).

É essa presença francesa na Capitania do Rio Grande que vai gerar desconforto entre Portugal e França, sobretudo por Portugal sentir a ameaça de perda da região, bem como era prejudicado com perturbações a regiões vizinhas já ocupadas como Paraíba e Pernambuco e, portanto, tudo isso feria os interesses econômicos, políticos e estratégicos portugueses, o que constituiu motivação para uma ação de conquista e colonização do Rio Grande pelos portugueses, em fins do século XVI.

³³ TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte, p. 12.

³⁴ MEDEIROS, Tarcísio. Proto-história do Rio Grande do Norte, p. 191.

³⁵ BUESCO, Ana Isabel. João de Barros: Humanismo, Mercância e Celebração. In: Occanos, p. 11.

2— O ABANDONO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE: CONTINUIDADE DA PRESENÇA FRANCESA E A AÇÃO DE CONQUISTA PORTUGUESA – FINS DO SÉCULO XVI

As ações portuguesas visando a efetivar de fato a oficialização de posse das terras encontradas por Pedro Álvares Cabral, na sua viagem às Índias no ano de 1500, como vimos no capítulo anterior, constaram de expedições de reconhecimento (exploradoras), guarda-costas (capitania de mar e terra) e colonizadora. Além do sistema de Capitânicas Hereditárias e Governo Geral, porém essas ações não constituíam garantia de posse plena, pois o território vasto dificultava aquelas ações, resultado eficaz, quanto à ocupação e defesa em toda a sua amplitude.

No Rio Grande do Norte as ações expedicionárias se limitaram, nos primeiros tempos, à colocação de Marco de posse das terras a Portugal pela expedição de 1501, que esteve na região e, em seguida fez o reconhecimento de grande parte do litoral brasileiro. Portanto, foi por ocasião da passagem da expedição de 1501, comandada por Gonçalo Coelho, que um marco foi colocado em terras que depois seriam a Capitania do Rio Grande, no litoral norte, na região de Touros.³⁶ Foi também essa expedição de 1501 que batizou um acidente geográfico do litoral norte, com o nome de Cabo de São Roque. Câmara Cascudo menciona como comandante da expedição de 1501 Gaspar de Lemos e Medeiros Filho já atribui o comando da expedição a André Gonçalves. Mas o comandante dessa expedição de 1501 foi Gonçalo Coelho, que já nos referimos anteriormente. Após a tomada de posse pela colocação de marco e o reconhecimento passageiro do seu litoral, não houve ocupação portuguesa na região do Rio Grande, durante quase todo século XVI. Isto indica ser as terras do Rio Grande, vistas como não dotadas de condições capazes de proporcionar vantagens econômicas imediatas e abundantes. Entretanto, a riqueza à vista (pau-brasil), saqueada pelos franceses e, conseqüentemente, os prejuízos que causavam também a Capitânicas vizinhas, como Paraíba, além dos prejuízos vindos com o saque do pau-brasil e ameaça de perda da posse da terra para os franceses, motivaram sua ocupação e colonização pelos portugueses.

Quanto ao donatário João de Barros que, em 1535, recebeu por doação de D. João III, a Capitania do Rio Grande, não ter obtido sucesso em efetivar sua ocupação e colonização, é possível que isto se deveu às dificuldades de manter contatos amistosos com os índios para favorecer a presença colonialista na região. Os primitivos donos da terra, os índios, tinham desde antes uma aproximação bem amistosa com os franceses, o que os impelia a agir juntos contra os portugueses que tentassem se aproximar e permanecer na região.

³⁶ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Aconteceu na Capitania do Rio Grande, p. 10-11.

Segundo Rafael Moreira, a expedição de Aires da Cunha, que foi organizada em 1535, conjuntamente com os associados João de Barros e Fernão Álvares de Andrade, saiu de Lisboa em outubro de 1535, direto a Olinda, onde foi recebida por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco.³⁷

O autor, referindo-se a essa expedição, ainda afirma:

“Devem ter partido de Pernambuco em janeiro ou fevereiro de 1536, época em que os ventos são mais fracos, mantendo-se porém no quadrante leste. Depois de tentarem fundar uma colônia na foz do Rio Grande do Norte, inviabilizada pela reação hostil dos índios potiguares (e dos Franceses que com eles se achavam), preferiu-se aproveitar o bom tempo para dobrar o Cabo de São Roque e rumar ao seu destino”...³⁸

Dessa expedição, sabe-se que a nau em que viajava Aires da Cunha, já em litoral maranhense, naufragou, não ficando sobrevivente algum. Isto causou situação de dificuldades financeiras a João de Barros, que teve muito a reclamar dos prejuízos da empresa que era destinada ao Maranhão.

Em 1556, organizou-se uma segunda expedição, com destino definido para o Maranhão, na qual viajaram os filhos de João de Barros, Jerônimo de Barros e João de Barros (filho). Moreira não menciona tentativa de fundação de colônia no Rio Grande por parte dessa expedição.³⁹ Porém, é provável que uma segunda tentativa de ocupação e colonização da Capitania do Rio Grande tenha ocorrido naquela ocasião, também não obtendo sucesso.

Além das dificuldades de fixarem-se na terra, devidos às reações contrárias de índios aliados a franceses e os prejuízos advindos com a primeira expedição (1535), também a incerteza sobre a terra do Rio Grande, quanto a garantia de lucros imediatos e vantajosos, podem ter contribuído para a falta de insistência para colonização da Capitania, por parte do donatário.

No século XVI e início do XVII, cronistas portugueses referem-se às terras do Rio Grande, denotando-as como fracas. Gabriel Soares de Souza, em 1587, diz:

³⁷ MOREIRA, Rafael e THOMAS, William M. Desventuras de João de Barros, Primeiro colonizador do Maranhão, O achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536. *Ar. Oceanos*, p.102-106.

³⁸ *Ibid.*, p. 102.

³⁹ *Ibid.*, p. 106..

"Esta terra do Rio Grande é muito sofrível para este rio se haver de povoar, em o qual se metem muitas ribeiras em que se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão. Neste rio há muito pau de tinta onde os franceses o vão carregar muitas vezes".⁴⁰

E Diogo de Campos Moreno, descreve em 1609:

"A terra do Rio Grande é arenosa e escavada e de pouco proveito para canas de açúcar em 5 e 6 léguas ao redor da fortaleza, pelo que não é tão habitada como a Paraíba e as demais que têm açúcar e pau-brasil".⁴¹

Ora, os relatos dos cronistas tinham destino certo, Portugal, a fim de informar à Coroa e aos interessados em enriquecimento rápido, as possibilidades da terra para esse fim. Portanto, isto pode ter influenciado para o não interesse em insistir na colonização da Capitania do Rio Grande, por parte do donatário João de Barros, que já se arruinara com a primeira tentativa. Enquanto isto, franceses ajudados pelos índios Potiguara, aproveitaram-se da ausência portuguesa para usufruir do pau-brasil, riqueza mais acessível.

O Rio Grande do Norte, conhecido a princípio pelo nome de Rio dos Tapuios, depois Rio Potengi e, finalmente, de Capitania do Rio Grande, era antes da conquista e soberania portuguesas o lugar de convergência dos que navegavam vindo de além mar, especialmente de aventureiros franceses, que abasteciam-se do que precisavam, com os índios Potiguara e seguiam depois seus destinos pela costa do Brasil.⁴²

Portanto, o abandono da Capitania do Rio Grande, por parte dos portugueses, durante quase todo o século XVI, inclusive no período da donataria de João de Barros, que se estendeu até 1570, quando pelo ato de retrocessão tornou-se Capitania Real,⁴³ constituiu-na numa área favorável a que piratas franceses saqueadores de pau-brasil se refugassem e, juntos com índios da região, principalmente os Potiguara, dela fizessem ponto de apoio para ataques a terras vizinhas, mais especificamente à Capitania da Paraíba, o que implicava em perturbações e prejuízos devido aos saques que nela praticavam. Quando a mencionada capitania foi conquistada, em 1587, o capitão Jacques Rifault, pirata francês, transferiu-se para o porto do Rio Grande, ficando a "dois ou

⁴⁰ SOUZA, G. S. de apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. Aconteceu na Capitania do Rio Grande, p. 43.

⁴¹ SOUZA, G. S. de apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. Op. cit., p. 44.

⁴² MEDEIROS, Tarcísio. Proto-história do Rio Grande do Norte, p. 189.

⁴³ Ibid., p. 199.

três quilômetros da futura cidade do Natal, em lugar que ainda hoje tem o nome de nau do Rifole ou simplesmente, Rifole".⁴⁴

Das perturbações e prejuízos à Paraíba, referenciamos aqui um relato de frei Vicente do Salvador, como elemento que nos ajuda a comprovar tais desassossegos àquela capitania.

"Informado Sua Majestade das cousas da Paraíba, e que todo o dano lhe vinha do Rio Grande, onde os franceses iam comerciar com os potiguares, e dali saiam também a roubar os navios, que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas, mas as pessoas, e vendendo-as aos gentios, para que as comessem, querendo atalhar a tão grandes males, escreveu a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor em Pernambuco, encomendando-lhe muito que logo fosse lá fazer uma fortaleza e povoação".⁴⁵

Uma carta do padre Pero Rodrigues, que segundo Hélio Galvão é a primeira narrativa sobre a conquista do Rio Grande do Norte, também nos dá notícia dos saques e prejuízos que os franceses, com a ajuda dos índios Potiguara, causavam à Paraíba e, por conseguinte, às coroas unidas portuguesa-espanhola.

"... E fizeram esta guerra com maior atrevimento, depois que tiveram comércio com os franceses, os quais recolhendo-se no Rio Grande, deixavam aí suas mercadorias, que traziam de França. E, enquanto o gentio lhe fazia a carga de pau, eles corriam toda a costa e faziam presas muitas vezes de importância. E chegava seu atrevimento a cercar as bocas das barras e saquear as vilas deste Estado. (...) muitos dos que tomavam, assim portugueses como negros Guinéus, iam vender aos potiguares a troco de pau e farinhas. E eles (...) quando queriam fazer suas festas, os matavam em terreiro e assados os comiam. E assim, (...) nos nascia a nós dois grandes males. Um era darem os potiguares porto aos corsários para destruírem a costa por mar, e outro darem os franceses ajuda de soldados aos potiguares para nos darem assalto por terra".⁴⁶

⁴⁴ MELO, João Alves de. *Natureza e História do Rio Grande do Norte*, p. 57.

⁴⁵ TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*, p. 20-21.

⁴⁶ GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, p.227.

Os franceses expulsos do Rio de Janeiro em 1567, onde haviam fundado uma colônia com o nome de França Antártica,⁴⁷ não saíram de todo do território colonial brasileiro, e sim, dirigiram-se para o Nordeste, região que não lhes era estranha, pois como vimos anteriormente, nela já transitavam desde muito antes. Daí, as perturbações à Paraíba, pois ao aproximar-se o fim do século XVI, baseavam seu ponto de apoio na Capitania do Rio Grande, onde também punha em risco os interesses econômicos e políticos portugueses, visto que os franceses além de causarem prejuízos econômicos, davam também demonstração de pretenderem dominar a região.

Mediante a ameaça de outra França Antártica surgir no Nordeste, pois os franceses na plena posse da região e o fácil convívio com os índios, consolidavam cada vez mais a área de ocupação, o rei Filipe II, da Espanha e I de Portugal, determinou pelas cartas régias de 9 de novembro de 1596 e de 15 de março de 1597, que fosse ocupada e colonizada a Capitania do Rio Grande.

Segundo Hélio Galvão, aquele soberano assim ordenara:

"a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco que, ouvido o conselho de Feliciano Coelho de Carvalho, da Paraíba, organizasse expedição para incorporar o Rio Grande aos seus domínios, erradicando a crescente influência francesa e eliminando a vizinhança indesejável que punha em risco a integridade de seus territórios. Recomendou ainda Sua Majestade ao governador D. Francisco de Souza acompanhasse os preparativos, não deixasse faltar a Mascarenhas o auxílio de que necessitasse e lhe fornecesse todos os recursos disponíveis..."⁴⁸

Recebida a incumbência, Manuel Mascarenhas Homem, depois de organizada a expedição, tratou de ouvir sugestões, como lhe tinha sido orientado, de Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, mas também integrou-o na expedição. Na Paraíba foi decidido que uma parte da expedição seguiria por mar, com Mascarenhas Homem, e a "outra por terra, com Feliciano Coelho, 300 homens de espingarda, 50 de cavalo, 900 frecheiros, além de muita escravaria da Guiné que conduzia as munições e petrechos de guerra"⁴⁹ já bem próximo do território que depois ficaria nas terras do Rio Grande do Norte, ocorreu um surto de varíola, o que causou baixa aos homens de Feliciano Coelho, o qual foi forçado a voltar à Paraíba.

⁴⁷ PUNTONI, Pedro. Guerras do Brasil (1504-1654), p. 28-29.

⁴⁸ GALVÃO, Hélio. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, p. 17.

⁴⁹ Ibid., p. 18.

*"A companhia de Jerônimo de Albuquerque, talvez menos reduzida, não voltou : num porto intermediário, talvez Baía da Traição ou Baía Formosa, tomou um caravelão e veio ao encontro do pessoal que já havia chegado"...*⁵⁰

Quanto ao desembarque de Mascarenhas com suas tropas, Hélio Galvão afirma:

*"Enquanto isto, Mascarenhas Homem com suas velas, quatorze, e seus homens, 400, aportava na embocadura do Rio Grande e, com prévia sondagem do porto por dois caravelões, desembarcava com muita prosperidade na ponta do arrecife, à direita, 25 de dezembro de 1597"...*⁵¹

Feito o desembarque, em dezembro de 1597, as tropas comandadas por Mascarenhas Homem cuidaram de se proteger em posição de defesa, feita com madeira existente na localidade (mangue), visto que se avizinhavam os índios Potiguara em atitude de ataque. Deu-se início também à construção de um forte na barra, a 6 de janeiro de 1598, que recebeu o nome de Santos Reis Magos. Não se passaram muitos dias e o acampamento foi surpreendido por índios e franceses, seus aliados, mas os portugueses resistiram.⁵²

A fortificação iniciada em 6 de janeiro de 1598, e pronta em 24 de junho do mesmo ano, recebeu o nome de Forte Santos Reis Magos, por ter sido iniciada a sua construção no Dia de Reis, e:

*"não era, porém, a Fortaleza que se concluíra: era uma fortificação provisória, com o mínimo de segurança para abrigar a gente da expedição, protegendo-a contra inesperado ataque do gentio"...*⁵³

Nos primeiros confrontos com índios e franceses, os componentes da expedição de Mascarenhas Homem resistiram, mas houve perigo de perda da posição estratégica conquistada,⁵⁴ pois os ataques de índios e franceses eram freqüentes, o que fez os conquistadores se ressentirem de falta de material, inclusive humano, pelas baixas sofridas, e visto que não estava incorporada

⁵⁰ GALVÃO, Hélio. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, p. 18.

⁵¹ Ibid., p. 18.

⁵² POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte, p. 39.

⁵³ GALVÃO, Hélio. História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, p. 22.

⁵⁴ Ibid., p. 22. *Op. cit.*

ainda às forças conquistadoras, o efetivo de guerra de Feliciano Coelho, pois como vimos, teve de voltar à Paraíba, dizimado por variola, exceto a parte (companhia) de Jerônimo de Albuquerque.

Finalmente, aportou Francisco Dias de Paiva, trazendo artilharia, munições e provisões para o forte que se iniciava. Em 30 de março de 1598, Feliciano Coelho sai da Paraíba e vem também com socorro que se tornava demorado. Constava de 84 homens, 250 índios flecheiros, com seus tuixauas.⁵⁵ E Feliciano Coelho, ao juntar-se a Mascarenhas Homem, os dois combinam as ações de trabalho de construção do Forte e as ações a serem levadas a efeito frente aos indígenas e aos franceses, em busca do domínio da região do Rio Grande.

É pela ação de conquista da terra pelos portugueses que tem início a extinção do indígena da Capitania do Rio Grande. Nos primeiros tempos de construção do Forte já se verificavam muitas mortes entre os indígenas. “Chegaram um dia (os portugueses) em dar de surpresa numa grande aldeia, matando 400 índios, e fazendo uns 80 prisioneiros”.⁵⁶

As vizinhanças da foz do Potengi, lugar de desembarque e permanência das forças de conquista, como Búzios por exemplo, foram, nos primeiros tempos, pontos de combates aos franceses contrabandistas do pau-brasil. Houve ocasião em que o próprio Mascarenhas Homem foi comandando operações de defesa, para expulsar os franceses do porto de Búzios, bem como prendê-los, como ocorreu certa vez.⁵⁷

É a partir da chegada de Mascarenhas Homem, em dezembro de 1597, que começa a se efetivar a conquista da Capitania do Rio Grande, pois é dado início a uma edificação para servir não só de defesa, mas também para sinalizar a presença portuguesa na região, tão brava e ferozmente disputada pelos índios, seus primitivos moradores, aliados a franceses praticantes de saques dos produtos da terra.

“O Forte era a conquista imóvel, padrão de posse como um marco de pedra lioz numa praia deserta. Ao redor, escondidas de trás dos morros, nas encostas das dunas, nos bosques de cajueiros, ao longo das areias alvas, espreitavam os potiguares, esperando o conquistador descuidado ou afoito”...⁵⁸

Ao mesmo tempo que um trabalho árduo se impões para concretizar a construção daquela praça de defesa, é também levado a efeito um esforço, não com menos ardor, para conseguir defender-se, aproximar-se e pacificar o indígena da região. Para isso, a expedição lusa contou com a ajuda inestimável dos padres jesuitas Gaspar de Samperes, que também foi o

⁵⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 24.

⁵⁶ POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte, p. 42.

⁵⁷ POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte, p. 42. *Ibid.*

⁵⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 26.

arquiteto da edificação, Francisco Pinto e Francisco de Lemos, que no dizer de Câmara Cascudo, fizeram “milagres de persuasão, com as forças irresistíveis da paciência e da tenacidade em serviço da fé”...⁵⁹

Em meio aos combates freqüentes entre portugueses da conquista da Capitania do Rio Grande e os índios Potiguara do litoral, aliados a franceses, o Forte Santos Reis Magos foi considerado construído, isto é, ficou em condição de abrigar as forças de defesa, em 24 de junho de 1598, ocasião em que Mascarenhas Homem incumbiu Jerônimo de Albuquerque do comando daquela praça de defesa e se reúne com Feliciano Coelho e voltam, respectivamente, para Pernambuco e para a Paraíba, a fim de assumirem suas capitanias.⁶⁰

Na condição de comandante do Forte e, portanto, com a tarefa de defender e consolidar a posse da região já conquistada e estendê-la o quanto mais, Jerônimo de Albuquerque tratou de submeter os índios Potiguara, o que não era missão fácil, pois como vimos eram estes que, juntos com os franceses, travavam lutas ferrenhas de ataque aos colonizadores, o que continuou, mesmo depois da volta de Mascarenhas Homem a Pernambuco.⁶¹

Havia entre os prisioneiros dos combates que se travavam entre colonizadores e índios, um chefe indígena chamado Ilha Grande, que exercia muita influência entre os seus, e chefes de aldeias, pois era feiticeiro e um dos principais. Jerônimo de Albuquerque valeu-se dele, soltando-o e instruindo-o para que fosse tratar com os demais indígenas nas aldeias, com o fim de induzi-los à paz. Como resultado dos contatos do chefe Ilha Grande com outros chefes de várias aldeias, entre os quais, Pau Seco e Sorobabé, mostrando os danos causados aos seus por aquela guerra incessante, é acenado para a paz por parte dos indígenas.⁶²

As pazes foram confirmadas e o governador geral, D. Francisco de Souza, informado por Mascarenhas Homem, determinou que fossem solenemente celebradas, o que se realizou em 11 de junho de 1599, na Paraíba, onde estavam presentes Feliciano Coelho, com os oficiais da Câmara, Manuel Mascarenhas Homem e Alexandre de Moura, que o sucedeu na capitania-mor de Pernambuco, o ouvidor geral Brás de Almeida, além de outras pessoas e frei Bernardino das Neves, como intérprete.⁶³

Com as pazes feitas, Jerônimo de Albuquerque se sentiu em condição de, em 25 de dezembro do mesmo ano (1599), fundar uma povoação nas proximidades do Forte, a qual foi dado o nome de Natal. Ao tomar esta providência de que lhe incumbira Mascarenhas Homem ao regressar a Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque estava chegando ao fim do seu primeiro governo como comandante do Forte e capitão-mor da Capitania do Rio Grande, pois excederam

⁵⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 26.

⁶⁰ TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte, p. 24.

⁶¹ TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte, p. 28. *Ibid.*

⁶² *Ibid.*, p. 28-29.

⁶³ *Ibid.*, p. 29.



poucos dias da data da fundação de Natal, a sua permanência naquele cargo, visto que já em início de janeiro de 1600, João Rodrigues Colaço assumiu a capitania-mor do Rio Grande.⁶⁴

Os interesses econômicos, políticos e estratégicos em questão que provocavam confrontos entre franceses e portugueses e motivaram a ocupação do Rio Grande pelos portugueses, começam a ser preservados em favor destes e, a partir de então, busca-se a maneira prática de concretizá-los, pelo retorno de resultados econômicos lucrativos.

⁶⁴ TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte, p. 29.

3. AÇÃO COLONIZADORA PORTUGUESA NA CAPITANIA E RESULTADOS OBTIDOS (1597 – 1633)

Ao se fixarem na terra, ainda que em parte mínima (se considerarmos que a extensão da capitania correspondia 50 léguas de litoral), ao final de dois anos, os portugueses trataram de adotar as primeiras medidas visando o aproveitamento das terras, com o fim de explorá-las economicamente.

Quando falamos de exploração econômica, não estamos nos referindo ao pau-brasil, pois este produto já existia naturalmente e, para se lucrar economicamente com ele, era só ir às matas, cortá-lo, carregá-lo para as embarcações para transporte ao mercado consumidor (Europa) e vendê-lo e aí tinha o lucro. Estamos nos referindo, sim, ao aproveitamento econômico representado no trabalho de cultivo da terra para que ela produzisse, bem como a exploração das riquezas naturais que fossem sendo encontradas, minerais por exemplo, coisa muito desejada.

Portanto, é quando João Rodrigues Colaço assume a capitania-mor no Rio Grande, em janeiro de 1600, que se verifica a primeira medida visando o aproveitamento das terras da capitania, qual seja, a doação da primeira data de terra, de duas mil e quinhentas braças ao longo do rio Potengi àquele capitão-mor, feita por Manuel Mascarenhas Homem, em 9 de janeiro do mesmo ano.⁶⁵

O Traslado do Auto de Repartição das Terras do Rio Grande⁶⁶ fornece-nos informações sobre a distribuição de datas de terras, a partir do governo de João Rodrigues Colaço, até 1614, momento em que é feita uma revisão nesta distribuição de terras, pelo desembargador Manoel Pinto da Rocha, ouvidor geral, e por Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco, por ordem do governador geral do Brasil, Dom Gaspar de Souza, que também fazia cumprir ordem do rei espanhol-português. Como nos informa o mencionado Traslado, o aproveitamento das terras da Capitania do Rio Grande não se processou como o esperado.

As datas de terras continuaram a ser dadas por João Rodrigues Colaço, a partir de 6 de julho de 1600, este já na condição de capitão-mor do Rio Grande; e por Jerônimo de Albuquerque a partir de 8 de agosto de 1603 até 9 de agosto de 1610, na vigência do seu segundo governo na capitania-mor do Rio Grande. Seguiram-se as doações de datas de terras feitas pelos capitães-mores Lourenço Peixoto e Francisco Caldeira Castelo Branco e pelos governadores gerais Dom Diogo e Gaspar de Souza.

⁶⁵ TRASLADO do Auto de Repartição das Terras do Rio Grande, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, volume 7, números 1 e 2, p. 18-19. (a partir daqui: TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. ...).

⁶⁶ TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. 18-75.

Das datas de terras distribuídas no período de 1600 a 1614, num total de 186 datas, podemos verificar que, neste último ano, só 55, aproximadamente, tinham algum tipo de ocupação, fosse cultivo de roças de mantimentos, fosse criação de gados (bovino, eqüino, etc.), ou salinas, ou portos de pescaria e até engenho, como era o caso da data de terra 65, que Jerônimo de Albuquerque deu aos seus filhos, Antônio de Albuquerque e Matias de Albuquerque, em Cunhaú, que cultivava cana-de-açúcar e, por isso, tinha um engenho, e se prestava para fazer um segundo.⁶⁷

As datas de terras de domínio dos padres da Companhia de Jesus, jesuítas, apareciam com ocupações como a criação de gado e cultivo de roças que produziam o suficiente só para subsistência.⁶⁸ Mas, existiam datas que a benfeitoria existente nelas era mínima, quase que somente para não configurar o abandono. Nas datas, com alguma ocupação, algumas contavam com a existência de escravos negros. Era o caso da data dos padres da Companhia de Jesus, que tinha 4 escravos da Guiné e a data doada a Bartolomeu Ferreira, que também tinha escravos da Guiné, mas não diz quantos.⁶⁹ Outra data consta a existência de um escravo, mas não diz a origem dele e ainda outras datas constam a existência de escravos sem no entanto mencionar nem a quantidade e nem tampouco de onde vieram.⁷⁰

O trabalho para promover o desenvolvimento produtivo das terras não teria bom resultado se nele era utilizada somente a mão-de-obra do colono e, portanto, necessitava de escravos negros, já que o índio não se mostrou apto a isso, mas fica evidente que só uns poucos donos de datas tinham condição de adquiri-los, ainda que em quantidade mínima

Entre as datas de terras que ficaram abandonadas, a maioria, 131 aproximadamente, existiam as que nunca foram ocupadas pelos colonos, e as que tendo sido ocupadas inicialmente, depois de algum tempo foram abandonadas. Isto se deveu às condições desfavoráveis dos colonos, quanto a meios econômico-financeiros que não tinham para levar adiante o trabalho de cultivo da terra para produção. Houve casos de dificuldades com os índios, em algumas datas, que, mesmo sendo apontadas como boas para pastos, roças de mantimentos e canas, não puderam nelas se fazer benfeitorias.⁷¹

Mas os atritos entre colonos e índios apontam para comprovação de que estes ocorriam devido aos colonos não respeitarem as terras reservadas para os índios cultivarem e para produzir seus sustentos. Caso em que os índios sentiam-se prejudicados cada vez mais e, daí, os conflitos.

⁶⁷ TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. 38.

⁶⁸ TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. 19.

⁶⁹ TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. 49-50 e 70.

⁷⁰ TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. 24, 31, 36, 47, 67.

⁷¹ TARTRGN, Revista do IHGRGN, p. 45 e 58.

A cana-de-açúcar, que era vista como o principal produto capaz de impulsionar a exploração econômico-produtiva da terra, não se confirmou como tal, pois, somente nas regiões próximas ao litoral as condições de qualidade da terra eram favoráveis para o cultivo dessa lavoura. E, mais precisamente, este cultivo ocorreu ao sul, em Cunhaú, onde foi montado um engenho pelos filhos de Jerônimo de Albuquerque, certamente o mesmo mencionado por Ambrósio Fernandes Brandão, que, referindo-se à Capitania do Rio Grande, diz: “não há nela engenhos de fazer açúcares mais de um até este ano de 1618, por a terra ser mais para pastos de gado...”⁷²

O que se verificou mesmo, como mais expressiva já nas três primeiras décadas da colonização, foi a criação de gado bovino, seguido de outras criações de variados animais de consumo alimentar, bem como animais de uso no trabalho como cavalos e éguas.⁷³

A produção agrícola, de produtos como mandioca e milho e a produção de peixes conseguidos com pescarias se destinavam basicamente à subsistência dos colonos, mas há indicações de que parte destes produtos se somavam ao gado e ao açúcar para o abastecimento de Pernambuco, como relatou em 1630, Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses, citado por Medeiros Filho.

*“As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado com o que fazem muito dinheiro; entretanto a maioria do povo é miserável mal tendo do que viver; pegam ali muito peixe, plantam grande quantidade de mandioca para fazer farinha e também muito milho, o que tudo é trazido aqui para Pernambuco...”*⁷⁴

O sal, em 1630, era visto por Verdonck como produto de muita abundância.

*“... Quando ali há falta de sal, o capitão-mor do dito forte (Reis Magos) manda uma ou duas barcas, de 45 a 50 toneladas, a um lugar 60 milhas mais para o norte onde há grandes e extensas salinas que a natureza criou por si; (...) ali podem carregar. (...) mais de 1.000 navios com sal...”*⁷⁵

⁷² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das Grandezas do Brasil, p. 43.

⁷³ MORENO, D. de C. de apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. Aconteceu na Capitania do Rio Grande, p. 44-45.

⁷⁴ VERDONCK, A. apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os Holandeses na Capitania do Rio Grande, p. 7.

⁷⁵ Ibid., p. 8.

Mas, o que verificamos até aqui no tocante à produção econômica da capitania, mesmo com essa abundância de sal e, também, com alguns produtos agrícolas, juntos com a cana-de-açúcar e o gado, servindo ao abastecimento das Capitânicas de Pernambuco e Paraíba, foi que isto não respondeu ao interesse econômico português disputado com franceses, pois o esperado mesmo era a produção de cana-de-açúcar em quantidade que resultasse em lucros compensadores, comparáveis a Pernambuco e mesmo a Paraíba que já apresentava perspectiva favorável.

Quanto à existência de núcleos de povoamento que garantissem o domínio português na região, é concretamente o Forte dos Reis Magos e a povoação de Natal, que até 1630, servem de marco de posse e conquista efetivas da Capitania do Rio Grande, por serem dotados de permanentes forças de defesa. E também, logo depois de fundados, passam a apoiar a expansão colonial portuguesa, na medida em que ajudam no aumento da área ocupada pelos portugueses e servem de ponto de apoio estratégico para empurrar a linha de fronteira na direção norte.

Com a conquista do Rio Grande, o caminho terrestre de ligação entre as capitânicas do litoral leste e as do litoral norte foi experimentado pela costa, passando por esta capitania do Rio Grande. Já entre 1603 e 1605, por este caminho, Pero Coelho de Souza fez a primeira tentativa de ocupação do Ceará e os padres da Companhia de Jesus, Francisco Pinto e Luís Figueira, utilizaram este mesmo caminho em 1607, e chegaram também ao Ceará, indo até a serra de Ibiapaba, onde o padre Francisco Pinto foi morto pelos índios. E, em 1614, Jerônimo de Albuquerque e suas tropas chegaram ao Maranhão, onde enfrentaram os franceses estabelecidos em São Luís e efetivaram a conquista daquela capitania maranhense.⁷⁶

Mas em 1630, Natal tinha cerca de 35 a 40 casas de palha e barro. Os habitantes dos sítios aos arredores, num raio de 6 a 9 milhas não somavam mais de 130 homens, na maioria camponeses.⁷⁷ Tinham ainda os núcleos de Cunhaú e Ferreiro Torto, como de algum destaque.

Contudo, para efeito de núcleo de defesa era Natal o principal, pois contava com força militar permanente alojada no Forte Reis Magos. E foi do Forte Reis Magos que Francisco Caldeira Castelo Branco saiu em 1614 para Pernambuco e, de lá, para o Maranhão a fim de auxiliar Jerônimo de Albuquerque empenhado na conquista daquela capitania. E provavelmente em fins de 1616, desloca-se a região do Pará e funda a cidade de Belém.⁷⁸

Entretanto, o território da Capitania do Rio Grande não estava definido nos seus limites. À medida que iam sendo afastados os índios e expulsando os franceses remanescentes, os colonos se estabeleciam e fixavam limites.

⁷⁶ LOPES, Fátima Martins. Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1999, p.43.

⁷⁷ VERDONCK, A. apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os Holandeses na Capitania do Rio Grande, p. 7.

⁷⁸ TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte, p. 40.

Fica evidenciado que o interesse político em disputa com franceses, qual seja, a ocupação e posse da região da Capitania do Rio Grande, foi alcançado só parcialmente neste primeiro momento da colonização portuguesa, porém de maneira providencial, quanto a ter afastado a perturbação francesa de áreas que já estavam sendo colonizadas, como no caso da Paraíba por exemplo e fixado no Rio Grande do Norte base para implementar o trabalho de colonização. Estrategicamente verificamos pontos positivos, pois houve o cessar das inquietações à Paraíba e também tomou-se possível chegar a outras regiões como Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas, através do território da Capitania do Rio Grande e nelas fixar pontos de defesa para possibilitar a expansão e domínio portugueses nessas áreas, então ainda vulneráveis a cobiças estrangeiras.

CONCLUSÃO

A colonização da Capitania do Rio Grande, iniciada em fins do século XVI (1597), foi levada a efeito mediante motivações políticas, econômicas e estratégicas, para preservar os interesses portugueses que estavam ameaçados, devido ao abandono da capitania durante quase todo este século mencionado. Por isto, tornou-se área vulnerável para povos não-autorizados pelos portugueses, franceses, especialmente, contrabandearem o pau-brasil, produto que representava a riqueza da região na época. Também, desta capitania passaram a fazer ponto de apoio para efetuar saques a regiões vizinhas, como a Paraíba, por exemplo.

Isto causava inquietação a Portugal pelos prejuízos que considerava ter, pelos saques do pau-brasil e também pela ameaça de perda de posse da terra, além de perda de posição estratégica.

Com a efetivação da colonização, podemos perceber que as inquietações portuguesas, causadas por franceses na Capitania do Rio Grande, foram afastadas, em grande parte, pois com a presença fixa em pontos estratégicos como o Forte Reis Magos e Natal, os portugueses mostraram que eram os donos da região, ao mesmo tempo que criaram alguma condição para proteger e defender a capitania.

À custa de grande esforço dos portugueses naquele momento inicial da colonização e do sacrifício dos índios que começaram a ser extintos e perder a terra, para possibilitar a fixação portuguesa na Capitania do Rio Grande, o interesse político de posse da terra foi alcançado só parcialmente, pois, até 1630, não abrangeu todos os limites da capitania e a garantia de posse das partes ocupadas foi frágil, visto que, em 1633, os holandeses invadem e tomam conta da região do Rio Grande.

O interesse econômico representado no pau-brasil foi preservado, pois com o afastamento dos franceses os saques cessaram. O ambicionado lucro com a cana-de-açúcar não ocorreu como o esperado, pois a produção dessa lavoura só teve um desenvolvimento razoável em Cunhau, onde foi fundado um engenho.

Em suma, a produção econômica representada na exploração de produtos agrícolas desenvolveu-se basicamente para a subsistência dos colonos, embora conste que alguma parte somava-se à cana-de-açúcar e ao gado, que teve um bom desenvolvimento, e era destinada ao abastecimento de Pernambuco. Quanto à produção mineral, houve abundância na produção de sal e também como produto do mar houve a produção vinda da pescaria, mas para consumo na capitania. Portanto, a produção econômica da Capitania do Rio Grande no primeiro momento da colonização portuguesa não rendeu o desejado, pois este rendimento era esperado no desenvolvimento da cana-de-açúcar e, esta, como vimos só teve um aproveitamento razoável em Cunhau.

Quanto à questão estratégica, a ocupação e colonização da Capitania do Rio Grande resultou em pontos positivos para os portugueses, quanto a ter passado a servir de ponto de apoio para a expansão da colonização portuguesa para outras regiões, como Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. E também garantiu a proteção contra ataques a áreas vizinhas, Paraíba por exemplo.

Em suma, os interesses portugueses que ensejaram a colonização do Rio Grande do Norte não foram alcançados em sua plenitude. A produção econômica representada na cana-de-açúcar não rendeu o esperado, ^{avia} nunca se comparando nem um pouco ao que ocorreu em Pernambuco, onde essa lavoura teve um bom desenvolvimento. A economia representada em outros produtos agrícolas foi quase que somente para a subsistência dos colonos. O interesse político representado na ocupação, posse e defesa da capitania foi frágil, se considerarmos o fato da perda do domínio da capitania em 1633 para os holandeses.

- 10 ⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os ^DHolandeses na Capitania do Rio Grande. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.
- 7 ⁹ MEDEIROS, Tarcisio. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- 8 10. _____, Proto-história do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Presença Edições, Natal: Fundação José Augusto, 1985.
11. MELO, João Alves de. Natureza e ^hHistória do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Oficial, 1967.
12. MOREIRA, Rafael ^h, THOMAS, W.M. Desventuras de João de Barros, ^oPrimeiro colonizador do Maranhão. ^oQ achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536. ^{Distrito,} ~~NA~~ Oceanos, nº 27, p. julho/setembro, ^{Lisboa,} 1996, p. 102-106.
13. POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.
14. PUNTONI, Pedro. Guerras do Brasil (1504-1654). São Paulo: — Editora Brasiliense, 1992.



do INST. HIST. ... GEOGR. ... DO RIO GRANDE DO
15. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do
NORTE
Norte. Natal, volume 7, números 1 e 2, Tipografia do
Instituto, 1909, p. 18-75.

16. TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do
Norte. Rio de Janeiro. dicionário Histórico e Geográfico,
1920. ?